ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS DE INVESTIDORES

VINCI ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA ("Fundo", "Vinci Energia" ou "VIGT11"), com sede na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro inscrito no CNPJ/ME sob o nº 33.601.138/0001-03, e a V2I ENERGIA S.A. com sede na Praia de Botafogo, 440/1801, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.395.916/0001-00, comunica aos seus investidores e ao mercado em geral que:

Em face às dúvidas recebidas nos canais de Relação com Investidores do Fundo ao longo da última semana, o time de gestão elaborou uma seção de Perguntas e Respostas, anexa a esse Comunicado, onde são esclarecidas as principais dúvidas de investidores.

O time de gestão e RI do VIGT11 permanecem à disposição para esclarecer dúvidas adicionais através de nossos canais de Relação com Investidores, WhatsApp e e-mail:

www.vincifundoslistados.com

ri@vincifundoslistados.com

+55 (21) 2159-6222

A gestão do Fundo estará disponível para uma sessão de perguntas e respostas ao vivo, em data e horário a serem oportunamente divulgados.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2024.

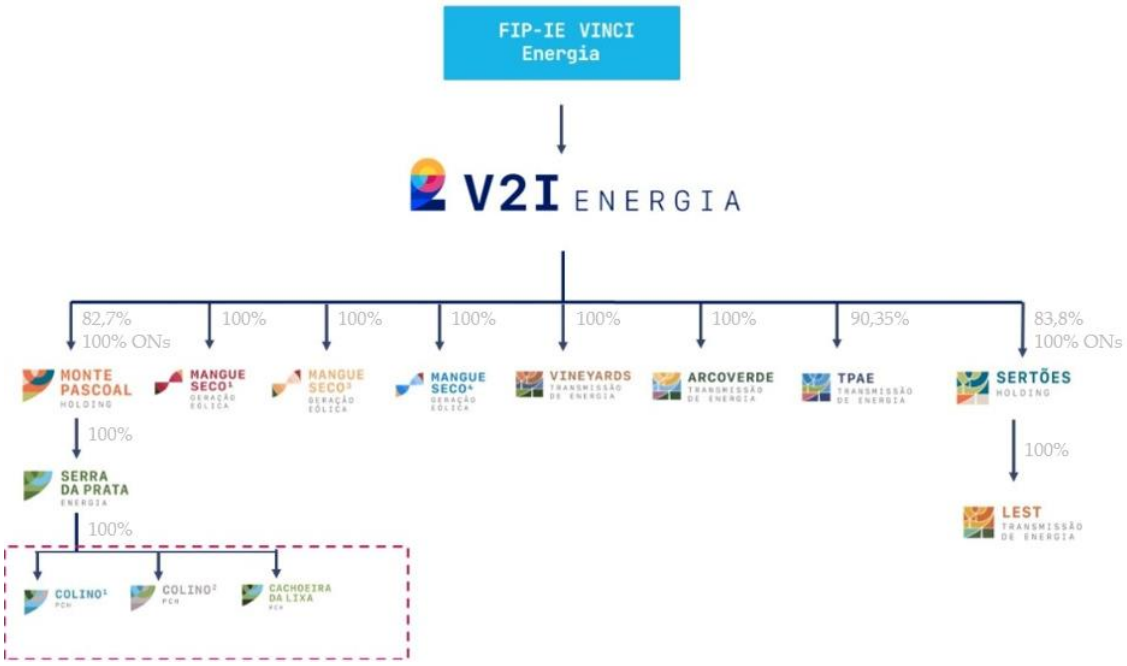
VINCI ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA

V2I ENERGIA S.A.

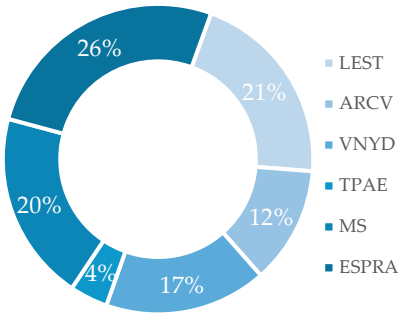
VIGT11

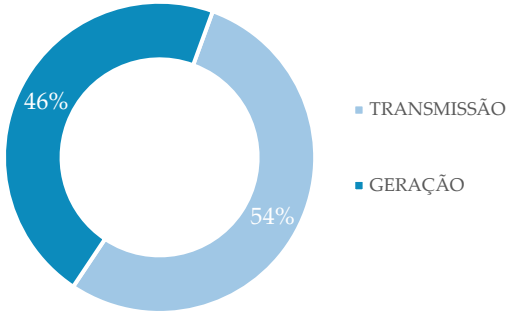
Como funciona a dinâmica de distribuição de rendimentos do VIGT11?
Resposta:
O VIGT11 é um Fundo de Investimento em Participações que investe através da holding V2i Energia em companhias que detêm ativos de transmissão e geração de energia operacionais. A distribuição de rendimentos é derivada do resultado do Fundo que inclui a distribuição de dividendos das companhias investidas, bem como as despesas do Fundo.

O fundo investe diretamente na holding "V2i Energia" que, por sua vez, consolida as companhias investidas de transmissão e geração conforme organograma abaixo:



Como é dividido o percentual de receita do VIGT11 por ativo e por segmento?
Resposta:





Período: outubro/23 – setembro/24

Ativo	Setor	Localização (UF)
LEST	Transmissão	AL, PE e SE
Arcoverde (ARCV)	Transmissão	PE
Vineyards (VNYD)	Transmissão	RS
TPAE	Transmissão	RS
Mangue Seco (MS)	Geração Eólica	RN
ESPRA	Geração Hídrica	BA

Assim como nos FIIs, o VIGT11 tem a obrigação de distribuir pelo menos 95% do resultado caixa do semestre?
Resposta:
Não, um Fundo de Investimento em Participações (FIP) não possui a obrigação de distribuir pelo menos 95% do resultado em caixa semestralmente, como ocorre com os Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs).

Os ativos de transmissão e geração de energia possuem características financeiras distintas dos imóveis que compõem um FII. Esses ativos são projetos de longo prazo, que podem variar devido a fatores como revisões tarifárias, condições operacionais, dentre outros.

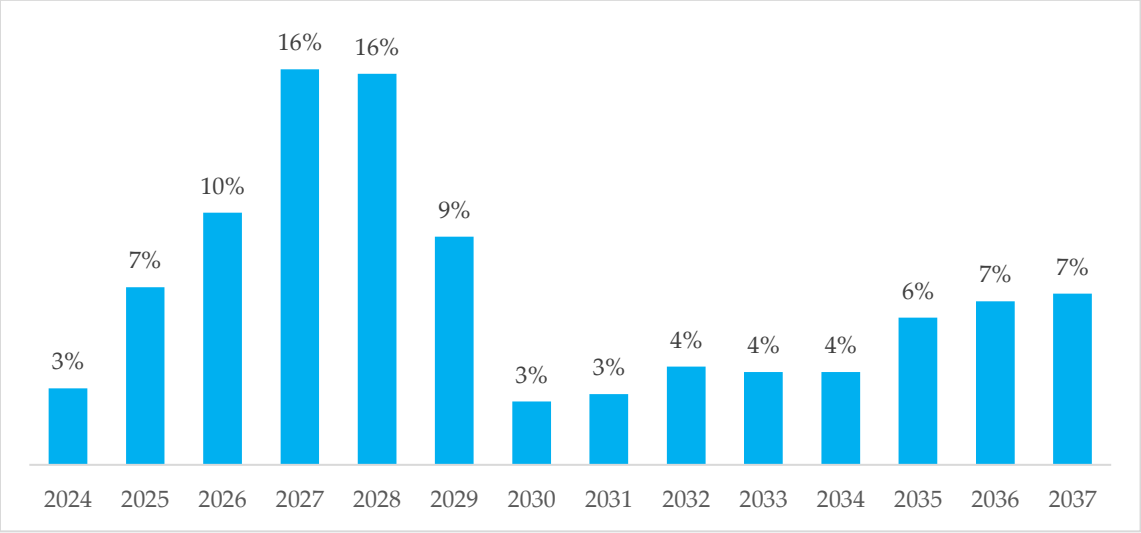
Até setembro de 2024, o Fundo distribuía rendimentos trimestrais, enquanto a partir de dezembro (inclusive) os rendimentos passarão a ser distribuídos mensalmente.

Recompra de Ações Preferenciais

O que são ações preferenciais resgatáveis e quais as razões para o fundo ter utilizado esse instrumento?
Resposta:
São ações preferenciais emitidas pelas companhias Monte Pascoal Holding S.A. (proprietária do ativo de geração hídrica ESPRA) e Sertões Holding S.A. (proprietária do ativo de transmissão LEST) e que são detidas por terceiros. Essas ações possuem preferência no recebimento de dividendos das próprias companhias, estabeleceram uma remuneração de CDI + 1% ao ano e dão ao Fundo direito de recomprá-las em um cronograma que se inicia em 2024 e termina em 2037. As ações preferenciais apresentavam saldo global de R$ 272 milhões em setembro de 2024 e representam 17,3% do capital social da Monte Pascoal Holding S.A. e 16,2% do capital social da Sertões Holding S.A.

O objetivo do Fundo com essas emissões foi viabilizar a aquisição de novos ativos que apresentavam uma oportunidade interessante de gerar valor para o Fundo e ainda diversificar o portfólio com mais ativos.

Como é o cronograma de recompra de ações preferenciais e como isso impacta os dividendos e a TIR do fundo?
Resposta:
O cronograma de recompra das ações preferenciais, em setembro de 2024 era o seguinte:



A recompra das ações preferenciais é feita com os próprios dividendos gerados pelos ativos investidos, com isso, a partir das recompras, o fundo passa a ter uma participação maior no resultado dos ativos. Em outras palavras, há um comprometimento de fluxo de caixa dos próximos anos que limita a capacidade de distribuição de rendimentos do Fundo, mas após cada recompra, o Fundo se beneficiará de um aumento de dividendos advindo da maior participação acionária nesse ativo.
A recompra de ações sempre foi considerada nos laudos de avaliação do Fundo, portanto, seu o valor patrimonial já reflete a recompra das ações preferenciais em seu cronograma original.

Caso o fundo não recompre as ações preferenciais, quais são as penalidades?
Resposta:
Se o fundo não cumprir o cronograma de recompra, o valor da remuneração paga ao acionista preferencial é incrementado, passando de CDI + 1% a.a., para CDI + 3% a.a., a partir da data em que a companhia deixar de cumprir o cronograma previsto até a data da recompra das ações.

Quais os impactos de uma possível recompra de ações preferenciais sobre o valor da cota patrimonial?
Resposta:
A recompra já estava considerada em todos os laudos do fundo após a emissão das ações. Dessa forma, não há impacto patrimonial ou na TIR do fundo calculada nos laudos de avaliação, o efeito é exclusivamente no fluxo de distribuição de rendimentos do Fundo. O cronograma de recompra se inicia no ano de 2024 e, assim como nos laudos de avaliação, já estão consideradas nas projeções de distribuição de rendimentos apresentadas no relatório do terceiro trimestre de 2024.

Dívida e Empréstimos

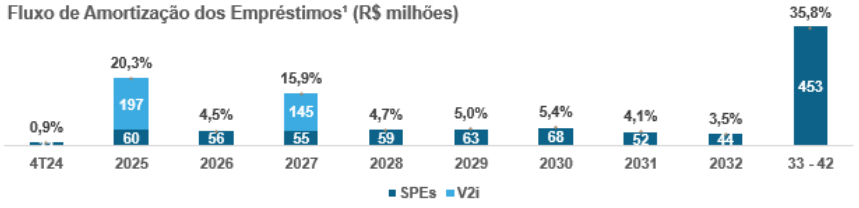
Qual é o atual nível de alavancagem do VIGT11?
Resposta:
Hoje os ativos consolidados do fundo apresentam uma alavancagem de 5,60x EBITDA.
A dívida líquida dos ativos soma R$ 789 milhões e da holding V2i Energia R$ 347 milhões, totalizando R$ 1,14 bilhão.

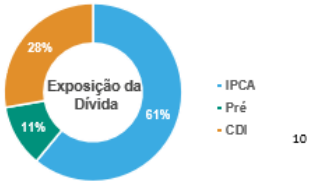
Conforme divulgado no relatório do 3º trimestre de 2024, segue relação dos empréstimos e financiamentos e seus respectivos prazos de vencimento:

Empréstimos e Financiamentos

Composição e fluxo de amortizações

Empréstimos e Financiamentos (Set/24)	Dívida Bruta (R$ milhões)	Vencimento	Tipo Amortização	Indexador	Spread	Caixa (R$ milhões)	Dívida Líquida (R$ milhões)
LEST	**241,8**					**21,9**	**219,9**
Financiamento BNB	204,7	out/38	Customizada	IPCA	2,36%		
Debênture 12.431	37,0	mar/34	Customizada	IPCA	5,36%		
Arcoverde	**171,1**					**8,7**	**162,4**
Financiamento BNB	117,1	dez/38	Customizada	IPCA	1,46%		
Debênture 12.431	54,0	jul/42	Customizada	IPCA	5,02%		
TPAE	**38,6**					**7,3**	**31,2**
Dívida Bancária	38,6	out/30	Customizada	IPCA	5,50%		
Vineyards	**325,0**					**20,9**	**304,1**
Debêntures	325,0	jul/42	Customizada	IPCA	5,24%		
Mangue Seco 1, 3 e 4	**123,0**					**56,8**	**66,2**
Financiamento BNB	123,0	jul/31	Customizada	Pré	7,13%		
ESPRA	**20,9**					**15,5**	**5,4**
Financiamento BNB	20,9	jun/26	Customizada	Pré	8,08%		
V2i	**352,9**					**6,0**	**346,9**
Debênture 2ª emissão – 1ª Tranche	203,2	mar/25	Bullet	CDI	2,60%		
Debênture 2ª emissão – 2ª Tranche	149,7	mar/27	Customizada	CDI	2,60%		
Total Portfolio	**1.273,2**		-	-	-	**137,2**	**1.136,0**





¹ Fluxo de amortização dos empréstimos não inclui resgate das ações preferenciais resgatáveis – APR.

Quais são os planos da gestão para o pagamento das dívidas do VIGT11?
Resposta:
Os pagamentos das dívidas dos ativos do fundo são feitos integralmente através da geração de caixa de cada ativo. A dívida alocada na Holding é uma debênture, cujo valor do principal é de R$ 330 milhões, dividido em duas tranches de R$ 190 milhões e R$ 140 milhões, com vencimentos em março de 2025 e março de 2027, respectivamente. Para liquidação da 1ª parcela, a gestão tem como alternativas o (i) refinanciamento, assim como já realizou no início de 2024, (ii) uma monetização de parte do portfólio (i.e., venda de ativos) ou (iii) até mesmo uma combinação das duas alternativas anteriores.

A gestão considera vender ativos para o pagamento das dívidas?
Resposta:
Sim. Essa é uma das alternativas que a gestão possui para a redução da dívida da holding.

Curtailment

O que é o Curtailment?
Resposta:
Curtailment são restrições operativas, ordenadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que estipulam cortes ou limitações na geração de energia para as empresas geradoras de energia. Tais restrições se dão fundamentalmente pelo crescimento não programado no número de projetos de geração de energia no país, sem um crescimento correspondente, ou na mesma velocidade, do sistema de transmissão. Em outras palavras, o curtailment ocorre quando as empresas geradoras de energia são proibidas de gerar energia pela ONS pela falta de infraestrutura de linhas de transmissão que não fazem parte do seu escopo de atuação, porém as geradoras são penalizadas com o não recebimento das receitas correspondentes aquele período em que ela foi impedida de gerar energia.

Quando começou o curtailment? Só teve impacto em 2024 ou impactou anos anteriores também?
Resposta:
O curtailment sempre existiu por razões operacionais. Entretanto, se intensificou fortemente a partir de 15/08/2023, quando houve um "apagão" no Brasil, que causou um corte de aproximadamente 35% no consumo de energia, naquele momento. Após esse evento, o ONS alterou o modo de operação do sistema, ampliando significativamente e extraordinariamente os cortes de geração.

O curtailment tem a ver com algum problema operacional nos ativos do fundo?
Resposta:
Não. O atual cenário de elevados cortes de geração decorre do crescimento não programado dos projetos de geração de energia no país, sem a correspondente expansão do sistema de transmissão, o que consiste, em nossa visão, em falha de planejamento setorial pelos órgãos públicos competentes. Os Agentes geradores não possuem qualquer ingerência sobre as ações que resultaram no "esgotamento da capacidade de transmissão", conforme reconhecido pelo ONS, tampouco podem se opor aos cortes de geração impostos pelo Operador.

O curtailment vem impactando apenas os ativos do fundo ou o setor como um todo?
Resposta:
O setor como um todo. De 15 de agosto de 2023 até o mês de outubro de 2024, o total de perdas estimado pelas associações de usinas solares e eólicas, que concentram as suspensões determinadas pelo ONS, é de R$ 1,7 bilhão. Só no terceiro trimestre, 14% de toda a energia renovável gerada no Brasil foram desperdiçadas, segundo relatório do Itaú BBA.

Como funcionam os contratos de geração de energia eólica dos ativos do VIGT11?
Resposta:
De uma forma simplificada, os contratos mantidos pelos ativos integrantes do Fundo são Contratos de Energia de Reserva (CERs) e estabelecem a obrigação destes ativos de produzirm e efetivamente entregarem a energia contratada, se responsabilizando pelos riscos financeiros associados à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada e, dessa forma, se obrigando a ressarcir os chamados desvios negativos de geração (geração inferior a contratada).

As penalidades que ocorrem em função do curtailment são apenas pela energia não gerada ou o fundo precisa comprar energia no mercado livre para honrar os contratos?
Resposta:
A penalidade aplicável aos ativos do Fundo é referente apenas a diferença da energia efetivamente gerada e a contratada, ou seja, os ativos do Fundo não precisam comprar energia no mercado livre. Nos contratos de energia de reserva, a geradora eólica recebe sua receita independentemente de ter gerado ou não energia e, após o final dos ciclos contratuais, são apurados os déficits ou superávits de geração para então, ou devolver a receita gerada inferior a contratada, ou receber uma receita adicional por uma geração superior a contratada. Dessa forma, não existe exposição ao mercado livre de energia.

O que é Mangue Seco e qual o impacto do curtailment no rendimento do fundo?
Resposta:
Mangue Seco é o nome do complexo eólico detido pelo fundo com 3 usinas geradoras de energia elétrica, que assinaram os Contratos de Energia de Reserva (CERs) em 2009.

A frustração de geração, seja por fatores como curtailment ou falta de ventos, reduz a receita proporcionalmente à frustração de geração. De maneira aproximada, a cada 10% de frustração de geração no ano, é esperado uma redução na distribuição de R$ 1,0/cota por ano.

Por que houve uma queda tão drástica nas distribuições, passando de R$ 9,00 para R$ 1,80, sendo que o curtailment projetado impactaria apenas 29% da geração?
Resposta:
A redução da distribuição de 2025 é uma combinação de fatores como: (i) reparos na linha de transmissão no Rio Grande do Sul, (ii) perspectiva de continuidade do cenário macro adverso com taxas de juros elevadas que aumentam as despesas financeiras dos investimentos do Fundo, (iii) possível continuidade do curtailment, impactando a geração de energia em 29% em 2025, conforme estimativas da gestão e (iv) ressarcimento de R$ 48M provisionados referentes as frustrações passadas de geração eólica com retenção de caixa no mesmo montante. Importante mencionar que embora o Fundo tenha ingressado com medidas administrativas e judiciais contestando a cobrança de ressarcimento relacionadas ao Curtailment, que se encontram em andamento, a gestão do Fundo optou por considerar de forma conservadora a necessidade de pagamento do valor total provisionado de curtailment.

Quais os planos para mitigar os impactos do curtailment nas operações do fundo?
Resposta:
O problema do curtailment deve encerrar em definitivo quando ocorrer um aumento da capacidade das linhas de transmissão para escoar a energia gerada. A gestão acredita que esse problema deve persistir até 2029, mas deve reduzir ao longo dos próximos anos com a entrada em operação de diversas novas linhas e subestações de transmissão. Por exemplo, em outubro de 2024 algumas linhas no Ceará e Rio Grande do Norte que passam por Jaguaruana, Açu, Mossoró e Pacatuba, aumentaram a capacidade de potência transmitida entre as regiões Nordeste e Sudeste em 12%.

Atualmente, o Fundo, individualmente e através de associações tem duas iniciativas em andamento:
1) Ações judiciais iniciadas pela ABEEólica, ABSOLAR e outros agentes individualmente, inclusive a V2i Energia (holding investida pelo Fundo), com objetivo assegurar que os cortes na operação não afetem o desempenho financeiro dos contratos assinados e que as companhias tenham seus direitos de compensação assegurados pela lei e pleno cumprimento do contrato.

2) Notificação enviada para o ONS pela ABEEólica, carta no. CT – 0251/24 de 20/09/2024, e pelos agentes geradores inclusive a V2i Energia (holding investida pelo Fundo), onde é solicitado ao ONS ações para minimizar os impactos dos cortes de geração renovável, dentre elas a reclassificação das restrições. Foi verificado pelos agentes e, identificado pela V2i Energia, que episódios de restrições de geração foram classificados de forma errada. Sendo assim, parte das penalidades não deveria ter sido aplicada.

Impactos no Rio Grande do Sul

Qual o valor desembolsado até o momento e qual o valor estimado que será gasto em 2024 e 2025 com reparos nas torres e linhas de transmissão no Rio Grande do Sul?
Resposta:
Até o momento foram gastos aproximadamente R$ 4 milhões e estão programados mais gastos em até R$ 15,8 milhões que serão realizados de out/24 até dez/25.

Como a gestão lida com os gastos inesperados com reparos nas torres e linhas de transmissão no Rio Grande do Sul? Esses gastos já foram reembolsados ou podem ser cobertos pela seguradora?
Resposta:
Com relação aos custos decorrentes da tragedia do Rio Grande do Sul a Gestão contabiliza estes custos de forma separada, auditável e que será entregue ao órgão regulador ANEEL e a Seguradora. Os gastos incorridos e a incorrer serão regulados pela Seguradora e analisados conforme processo de regulação instaurado desde o início do sinistro. Só saberemos os valores reembolsados após a conclusão do processo de regulação do sinistro.

Como a gestão vê a possibilidade de novas surpresas financeiras em relação aos custos de reparos e a cobertura de seguros?
Resposta:
A gestão vê como baixa a probabilidade de surpresas financeiras em relação aos custos e reparos, pois a LT Lajeado 2 – Lajeado 3 já está em operação e com as devidas manutenções concluídas e a LT Lajeado 3 – Garibaldi já tem parte dos serviços realizados e todos os projetos civis e eletromecânicos concluídos, contribuindo assim para o conhecimento do escopo e mitigação de riscos.

Distribuições de Rendimentos

Quanto o VIGT11 já distribuiu de rendimentos aos cotistas até o último anúncio de distribuição?
Resposta:

DATA DE ANÚNCIO	MÊS E ANO DE REFERÊNCIA	DATA DE PAGAMENTO	VALOR
30/09/2024	set/24	07/10/2024	R$ 1,60
25/06/2024	jun/24	02/07/2024	R$ 2,25
25/03/2024	mar/24	02/04/2024	R$ 2,25
15/12/2023	dez/23	22/12/2023	R$ 2,40
26/09/2023	set/23	03/10/2023	R$ 2,40
23/06/2023	jun/23	30/06/2023	R$ 2,38
23/03/2023	mar/23	30/03/2023	R$ 2,38
16/12/2022	dez/22	23/12/2022	R$ 2,30
27/09/2022	set/22	04/10/2022	R$ 2,30
28/06/2022	jun/22	05/07/2022	R$ 2,25
28/03/2022	mar/22	04/04/2022	R$ 2,25
10/12/2021	dez/21	17/12/2021	R$ 2,25
15/09/2021	set/21	24/09/2021	R$ 2,00
15/06/2021	jun/21	25/06/2021	R$ 2,00
15/03/2021	mar/21	31/03/2021	R$ 2,00
21/10/2020	out/20	30/10/2020	R$ 2,50
17/07/2020	jul/20	31/07/2020	R$ 2,50
02/04/2020	abr/20	30/04/2020	R$ 2,50
	TOTAL		**R$ 40,51**

O que causou a queda nas distribuições do fundo na distribuição divulgada em setembro de 2024 e nas projeções de 2025?
Resposta:
Efeitos decorrentes dos cortes de geração de energia determinados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) no terceiro trimestre de 2024, aos reparos dos eventos climáticos ocorridos no Rio Grande do Sul e ao cenário macroeconômico de juros mais altos.

Em relação à distribuição de 2025, a queda é uma combinação de fatores como: (i) conclusão dos reparos na linha de transmissão no Rio Grande do Sul, (ii) perspectiva de continuidade do cenário macro adverso com taxas de juros elevadas que aumentam as despesas financeiras dos investimentos do Fundo, (iii) possível continuidade do curtailment impactando a geração de energia em 29% em 2025, conforme estimativas da gestão e (iv) ressarcimento de R$ 48M provisionados referentes as frustrações passadas de geração eólica com retenção de caixa no mesmo montante.

Qual é a projeção de distribuições do fundo para os próximos anos?
Resposta:
O fundo estima que para os próximos anos a distribuição seja de no mínimo R$ 1,80 para 2025 e máximo de R$ 3,00 ao ano por cota. Para 2026, mínimo de R$ 3,5 e máximo de R$ 4,5 por ano por cota. Para os anos seguintes é esperada uma retomada gradual, sendo projetado entre R$ R$ 5,0 e R$ 9,0 ao ano por cota entre

2027 e 2030 e uma média anual de R$ 10,5 por cota no período entre 2031 e 2035, com posterior perspectiva de crescimento contínuo das distribuições com a desalavancagem do portfólio e fim das restrições operativas (curtailment).
Nota: Importante ressaltar que as projeções levam em consideração o portfólio atual do Fundo assim como premissas de geração de energia, como o curtailment, preço de energia futuro e condições macroeconômicas como o CDI e o IPCA. Variações nessas premissas podem impactar de forma relevante essas projeções.

Quais são as principais variáveis que podem impactar essa projeção das distribuições?
Resposta:
Considerando o portfólio atual do fundo, as principais variáveis existentes hoje que podem alterar as projeções de distribuições de rendimentos pelo fundo são: (i) frustração na geração eólica diferente da projetada, (ii) eventual redução na disponibilidade das transmissoras, (iii) taxas de juros diferentes das projetadas e, (iv) olhando para um horizonte mais longo (a partir de 2028 para a geração hídrica e a partir de 2032 para a geração eólica), o preço de venda de energia.

Cota Patrimonial e Retorno Implícito Esperado

Como é calculada a cota patrimonial do fundo?
Resposta:
A cota patrimonial do fundo é calculada com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas (terceiros). Esses laudos consideram diversos fatores, como fluxo de caixa projetado dos ativos de transmissão e geração, custos e performance operacionais, vida útil das concessões, tarifas regulatórias (Receita Anual Permitida - RAP), preços de energia, além de premissas de mercado e projeções econômicas.

O valor patrimonial do fundo pode oscilar mesmo sem ter uma mudança nas projeções de recebimentos futuros?
Resposta:
Sim. O valor patrimonial é uma consequência direta da taxa de desconto que é usada para trazer os fluxos de recebimentos futuros a valor presente. Dessa forma, um aumento da taxa de desconto em função do aumento da taxa de juros poderia reduzir o valor da cota patrimonial do Fundo mesmo que as projeções de rendimentos futuros não sejam alteradas. Por outro lado, uma redução da taxa de desconto, teria o efeito de aumentar o valor patrimonial do Fundo, mesmo sem alteração das demais premissas.

O fundo considera reduzir a periodicidade de avaliação da cota patrimonial que atualmente é feita anualmente?
Resposta:
Sim, no momento a gestão avalia reduzir a periodicidade de reavaliações patrimoniais para semestral. Caso se verifique alteração na periodicidade de reavaliação, o Fundo comunicará oportunamente.

Quando será divulgada a nova cota patrimonial do fundo e quem será o avaliador dos ativos?
Resposta:
Os laudos estão sendo preparados por avaliador independente e serão concluídos até o final de dezembro.

Qual a expectativa de valorização ou queda para a próxima cota patrimonial?
Resposta:
Os laudos de remarcação, por serem realizados por terceiros independentes, não devem sofrer interferência dos gestores dos ativos e, portanto, somente teremos seu resultado quando concluídos pelos mesmos. Isso é fundamental para garantir a imparcialidade e assegurar que os valores dos ativos sejam determinados com base em critérios técnicos e de mercado, sem influências externas.

Taxa Interna de Retorno

Como é calculada a TIR implícita divulgado nos materiais do VIGT11?
Resposta:
A taxa interna de retorno (TIR) é calculada com base nas projeções do laudo de avaliação mais recente utilizado para a marcação da patrimonial do Fundo. A TIR divulgada representa a taxa de retorno esperada do fundo (já considerando todas as dívidas, financiamentos, APRs, despesas e custos) a partir de um determinado preço da cota do Fundo.

Qual é a TIR implícita do portfólio no valor atual da cota?
Resposta:
Conforme o último laudo de avaliação divulgado em dezembro de 2023, temos os seguintes retornos implícitos:

Valor da Cota	R$29,49	R$30,49	R$31,49	R$32,49	R$33,49
TIR (IPCA +)	38,55%	37,12%	35,78%	34,51%	33,31%

Essa TIR implícita considera todos os acontecimentos e seus impactos divulgados pelo fundo?
Resposta:
A TIR implícita divulgada é calculada com base nos fluxos futuros projetados na última avaliação patrimonial do fundo que consideram as premissas de mercado e as particularidades dos ativos existentes quando as avaliações foram realizadas.

Embora eventos como curtailment já tivessem ocorrido e previstos na última avaliação, o nível de restrição aplicado foi maior do que o inicialmente projetado. Além disso, houve uma piora nas condições macroeconômicas ao longo do ano mas, em contrapartida, a projeção de preço futuro da energia aumentou mais do que o esperado nas projeções iniciais.

DISCLAIMER

Este comunicado contém declarações prospectivas que podem ser identificadas pelo uso de palavras como "antecipar", "acreditar", "poderia", "esperar", "deveria", "planejar", "pretender", "estimar" e "potencial", entre outras. Por sua natureza, as declarações prospectivas estão necessariamente sujeitas a um alto grau de incerteza e envolvem riscos conhecidos e desconhecidos, incertezas, suposições e outros fatores porque se relacionam a eventos e dependem de circunstâncias que ocorrerão no futuro, e que podem estar fora de nosso controle.

Tais fatores podem fazer com que os resultados, desempenho ou desenvolvimentos reais sejam materialmente diferentes daqueles expressos ou implícitos por tais declarações prospectivas e não pode haver garantia de que tais declarações prospectivas se provarão corretas.